



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS SÃO MATEUS

Rod. BR 101 – Norte Km 58 - Bairro Litorâneo – 29932-540 – São Mateus - ES
27 3767 7000

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de ferramentas e bens permanentes para as aulas práticas dos laboratórios de mecânica com propósito de atender aos discentes dos cursos técnicos concomitante e integrado em mecânica e engenharia mecânica do Ifes Campus São Mateus, conforme condições, quantidades, estimativas e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/ Especificação	Catmat	Unid	Quantidade	Valor unitário máximo aceitável
1	COMPRESSOR DE AR Compressor 425 litros, trifásico com motor blindado, de 2 estágios, reservatório horizontal, 2 filtros de ar e transmissão por correia. Especificações técnicas: Deslocamento teórico: 1135 l/min - 40 pcm Pressão máxima: 175 psi - 12 bar Reservatório: 425 litros Número de cilindros: 3 Número de estágios: 2 Motor elétrico: 10 hp - 7.5 kw Tensão: trifásico: 220/380V Marca/modelo de referência: Schulz Fort MSW40I; Chiaperini CJ40 AP3V; Atlas Copco AT10/40.	256382	un	4	R\$ 18.614,21
2	ESMERILHADEIRA Esmerilhadeira de 4.1/2" a 5", com potência de 1300W ou superior, tensão 220V, com regulagem variável, trava de gatilho, engrenagens helicoidais, caixa de engrenagens em alumínio, velocidade ajustáveis, rotações sem carga: 2.800 - 11.000 rpm, aproximadamente. Deve acompanhar chave de aperto dos discos, guarda de proteção e empunhadura lateral. Marca/Modelo de referência: Dewalt Dwe4314, Bosch GWS 17-125, ou similar	449083	un	18	R\$ 1.065,33

3	<p>TESOURA PORTÁTIL, TIPO FACA</p> <p>Corte em aço e aço inoxidável, com empunhadura grande e na parte superior para um melhor controle, com botão para operação contínua, gatilho de acionamento locado na empunhadura, lâmina faca com quatro faces de corte, base para apoio da lâmina inferior em aço fundido.</p> <p>Potência a partir de 660 Watts, 1.600 gpm (golpes por min). Capacidades:</p> <p>Aço até 400 N/mm² - 3.2 mm (1/8");</p> <p>Aço até 600 N/mm² - 2,5 mm (7/64");</p> <p>Aço até 800 N/mm² - 1,5 mm (1/16");</p> <p>Alumínio até 200N/mm² - 4 mm (5/32");</p> <p>Peso de até 3.5 kg.</p> <p>Acessórios que acompanham a máquina: jogo de regulador de espessura de corte e chave allen e 5 pares de lâminas (superior e inferior).</p> <p>Tensão de alimentação 220 Volts.</p> <p>Garantia: 1 ano.</p> <p>Marca/Modelo de referência: Makita JS3201 ou similar</p>	220149	un	6	R\$ 3.209,13
4	<p>MÁSCARA SOLDADOR</p> <p>Tipo fotossensível, tempo escurecimento menor que 1/25000 segundos.</p> <p>Características adicionais: detector de circuito autosense.</p> <p>Dimensão do fio: 10 x 90 x 8 mm.</p> <p>Área de visão aproximada: 96 x 42 mm.</p> <p>Tonalidade aberta: 4.</p> <p>Tonalidade fechada: 9-13.</p> <p>Proteção UV/ir: up DIN 13.</p> <p>Tempo de clareamento: 0.1-0.9s ajuste fino.</p> <p>Sensibilidade: ajuste fino.</p> <p>Fonte de energia: células solares sem troca de energia e/ou célula fotovoltaica com bateria de lítio.</p> <p>Temperatura de trabalho: -5°C ~ 60°C (23°F – 131°F).</p> <p>Marca/Modelo de referência: Arbografite-012645412 ou similar.</p>	269175	un	84	R\$ 373,94
5	<p>SERRA TICO-TICO MANUAL</p> <p>Serra tico-tico manual, velocidade máxima 3000 rpm (ou superior), tensão 220V, aplicação oficina, potência mínima 500W, com regulador de velocidade.</p> <p>Capacidade corte mínima: madeira 80mm, aço 10mm.</p> <p>Uso profissional.</p> <p>Base ajustável para corte chanfrado até 45°. Modelos de referência: Bosch-GST700, Dewalt-DW300, Vonder TTV800, ou similar.</p>	449917	un	17	R\$ 676,98
6	<p>FRESADORA DO TIPO FERRAMENTEIRA</p> <p>com as seguintes características e dimensões aproximadas.</p>	471265	un	3	R\$ 168.373,05


	<p>Tamanho da mesa aproximada (em mm) 260x1270</p> <p>Cabeçote vertical Curso eixo X (automático/manual) mm 840</p> <p>Curso eixo Y (mm) 360</p> <p>Curso eixo Z (mm) 340</p> <p>Diâmetro do mangote (mm) 100</p> <p>Curso do eixo árvore (mm) 127</p> <p>Avanços automáticos do eixo árvore (mm) 0,04/0,08/0,15</p> <p>Curso do torpede (mm) 500</p> <p>Inclinação lateral do cabeçote graus 90</p> <p>Inclinação frontal do cabeçote graus 45</p> <p>Nariz da árvore: ISO 40</p> <p>Rotações do eixo árvore (rpm) 60-4500 (podendo ser menor a rotação mais baixa e maior a rotação mais alta)</p> <p>Potência do motor (HP) 5</p> <p>Dimensões da máquina (mm) 1660x1720x2150</p> <p>Rasgos "T" da mesa (mm) 3x16 aproximadamente</p> <p>Peso da máquina (kg) 1500</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema completo de refrigeração - Painel de comando completo com leitor de posição - Cabeçote variador de velocidades - Conjunto de pinças (15 peças) com porta pinça - Morsa mecânica cm chave de aperto - Bandeja coletora de cavacos - Quadro elétrico com chave de segurança - Conjunto de grampos de fixação - Conjunto de ferramentas/chaves de serviço - Manual de instruções, boletim de aferição geométrica - Divisor universal com ponto, placa e engrenagens - Conjunto ângulo reto, luneta e eixo - Mesa divisora - Cabeçote chaveteiro - Avanço automático eixo Y - Eixo Z automático - Cabeçote renania para geração de engrenagens e eixos estriados <p>Marca/Modelo de referência: "CLARK" mod. 4EVS, Fresa Ferramenteira FER40-C1 AtlasMaq, Fresadora Manrod Modelo:MR-9400, ou similar.</p> <p>Obs.: O equipamento dever ser entregue contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manuais em português; - Transporte do equipamento; 				
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> - Alocação em local indicado pelo Ifes (espaço dentro do galpão da mecânica); - Entrega técnica do equipamento; - Orientações técnicas principais de operação. 				
7	<p>COMPRESSOR DE AR <u>(exclusivo de microempresa)</u> Compressor 425 litros, trifásico com motor blindado, de 2 estágios, reservatório horizontal, 2 filtros de ar e transmissão por correia. Especificações técnicas: Deslocamento teórico: 1135 l/min - 40 pcm Pressão máxima: 175 psi - 12 bar Reservatório: 425 litros Número de cilindros: 3 Número de estágios: 2 Motor elétrico: 10 hp - 7.5 kw Tensão: trifásico: 220/380V Marca/modelo de referência: Schulz Fort MSW40I; Chiaperini CJ40 AP3V; Atlas Copco AT10/40.</p>	256382	un	1	R\$ 18.614,21
8	<p>FRESADORA DO TIPO FERRAMENTEIRA <u>(exclusivo de microempresa)</u> com as seguintes características e dimensões aproximadas.</p> <p>Tamanho da mesa aproximada (em mm) 260x1270</p> <p>Cabeçote vertical Curso eixo X (automático/manual) mm 840 Curso eixo Y (mm) 360 Curso eixo Z (mm) 340 Diâmetro do mangote (mm) 100 Curso do eixo árvore (mm) 127 Avanços automáticos do eixo árvore (mm) 0,04/0,08/0,15 Curso do torpedo (mm) 500 Inclinação lateral do cabeçote graus 90 Inclinação frontal do cabeçote graus 45 Nariz da árvore: ISO 40 Rotações do eixo árvore (rpm) 60-4500 (podendo ser menor a rotação mais baixa e maior a rotação mais alta) Potência do motor (HP) 5 Dimensões da máquina (mm) 1660x1720x2150</p> <p>Rasgos "T" da mesa (mm) 3x16 aproximadamente Peso da máquina (kg) 1500 - Sistema completo de refrigeração - Painel de comando completo com leitor de posição - Cabeçote variador de velocidades - Conjunto de pinças (15 peças) com porta pinça</p>	471265	un	1	R\$ 168.373,05

	<ul style="list-style-type: none"> - Morsa mecânica cm chave de aperto - Bandeja coletora de cavacos - Quadro elétrico com chave de segurança - Conjunto de grampos de fixação - Conjunto de ferramentas/chaves de serviço - Manual de instruções, boletim de aferição geométrica - Divisor universal com ponto, placa e engrenagens - Conjunto ângulo reto, luneta e eixo - Mesa divisora - Cabeçote chaveteiro - Avanço automático eixo Y - Eixo Z automático - Cabeçote renania para geração de engrenagens e eixos estriados <p>Marca/Modelo de referência: "CLARK" mod. 4EVS, Fresa Ferramenteira FER40-C1 AtlasMaq, Fresadora Manrod Modelo:MR-9400, ou similar.</p> <p>Obs.: O equipamento dever ser entregue contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manuais em português; - Transporte do equipamento; - Alocação em local indicado pelo Ifes (espaço dentro do galpão da mecânica); - Entrega técnica do equipamento; - Orientações técnicas principais de operação. 				
--	---	--	--	--	--

Detalhamento dos Itens com Imagens					
Item	Discriminação	Catmat	Imagem Ilustrativa	Unid	Quantidade total
1	COMPRESSOR DE AR	359297		un	4

2	ESMERILHADEIRA	449083		un	18
3	TESOURA PORTÁTIL TIPO FACA	220149		un	6
4	MÁSCARA SOLDADOR	269175		un	84
5	SERRA TICO-TICO MANUAL	449917		un	17
6	FRESADORA FERRAMENTEIRA	471265		un	3
7	COMPRESSOR DE AR <u>(exclusivo de microempresa)</u>	359297		un	1

8	FRESADORA FERRAMENTEIRA (<u>exclusivo de microempresa</u>)	471265		un	1
---	--	--------	--	----	---

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dessas ferramentas e bens permanentes visa atender as aulas práticas realizadas nos laboratórios de mecânica, atendendo aos alunos matriculados nos cursos de engenharia mecânica e técnico em mecânica integrado e concomitante do Ifes São Mateus. A aquisição contempla também atender alunos dos projetos de iniciação e extensão, que farão uso destes materiais nas suas práticas e à Coordenadoria de Serviços Auxiliares e Transporte visando a manutenção dos bens móveis e imóveis do campus.

2.2. A compra do material é essencial, pois visa preparar o aluno em uma situação prática, para simular condições de trabalho com ferramentas e equipamentos de uso no ramo da mecânica, possibilitando contribuir com sua formação. O desenvolvimento de tais competências é consolidado com a inclusão de práticas em laboratório, importantes num curso técnico e engenharia de excelência.

2.3. A prática possibilita ao aluno técnico e de engenharia adquirir competências para otimizar os processos de fabricação, monitorar a qualidade do produto, manter a organização, adquirir competências para analisar, calcular e executar projetos de máquinas e equipamentos mecânicos; interpretar os desenhos de mecânica geral, esboçar peças e conjuntos; conhecer métodos e processos de produção, materiais e processos de usinagem; aplicar corretamente as normas de mecânica relacionadas com a construção de máquinas e aparelhos; possuir conhecimento de liderança, higiene e segurança no trabalho, entre outras.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto do presente Termo de Referência pode ser classificado como sendo de natureza “comum”, conforme define o parágrafo único do art. 1º da Lei 10.250 de 17 de julho de 2002, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo.

4. PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Na proposta deverá constar a descrição detalhada dos bens ofertados e de todos os seus acessórios, de maneira que fique claro o que se está propondo, mencionando, ainda o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos.

4.2. Nos preços deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, IPI, ICMS (regional), embalagem, seguro, transporte, carga e descarga, inclusive frete se houver na modalidade CIF (Coast Insurance Freight).

4.3. Os preços são fixos e irredutíveis.

5. GARANTIA DO MATERIAL

5.1. A garantia dos materiais será de acordo com a proposta do fornecedor, não podendo ser inferior a **03 (três) meses** para os itens 01 a 05 e 07 e **12 (doze) meses** para os itens 06 e 08 (fresadoras), contados da data de recebimento dos mesmos.

5.2. Caso a garantia do fabricante para o material for maior que a do fornecedor vencedor, fica prevalecendo a garantia do fabricante para o bem ou parte integrante do mesmo, contada a partir da emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços.

5.3. A garantia do produto, no prazo mínimo estipulado no item 5.1 deste Termo de Referência, consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078/1990 e suas posteriores alterações – Código de Defesa do Consumidor, bem como dos encargos previstos à Contratada neste documento.

5.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s)/material(is) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao IFES as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/1990.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo máximo de entrega dos produtos objetos deste Termo de Referência é **de 30 (trinta) dias corridos** para os itens 1 a 5 e **45 (quarenta e cinco) dias corridos** para o item 6 (fresadora), contados da data do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única nos endereços:

6.1.1. **Ifes – Campus São Mateus**, Rodovia BR 101 – Norte, Km 58 - Bairro Litorâneo, São Mateus/ES. Tel: (27) 3767-7000 / 3767-7005 | Email: patrimonio.sm@ifes.edu.br em horário de expediente da Coordenadoria de Patrimônio, Materiais e Suprimentos. Horários: 07:00 às 16:00.

6.1.2. **Ifes Campus Aracruz**, Avenida Morobá, 248, Bairro Morobá - Aracruz – ES, CEP 29.192-733.

6.1.3. **Ifes Campus Guarapari**, Alameda Francisco Vieira Simões, 720, Aeroporto - Guarapari – ES, CEP 29216-795.

6.1.4. **Ifes Campus Cachoeiro de Itapemirim**, Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, 1.568, Localidade de Morro Grande, Cachoeiro de Itapemirim – ES, CEP 29.322-000.

6.1.5. **Ifes Campus Vitória**, Av. Vitória, 1729, Jucutuquara - Vitória – ES, CEP 29040-780.

6.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 70% do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.3. Os produtos serão novos e entregues acondicionados, adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

6.4. Os produtos deverão estar de acordo com as normas pertinentes ao ramo.

6.5. Os produtos serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, no prazo de **2 (dois) dias**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de **8 (oito) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste termo;

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo;

7.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor unitário superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.1.6. não manter a proposta;
- 12.1.7. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 12.1.8. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 12.1.9. apresentar documentação falsa;
- 12.1.10. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.2. A Contratada/licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. Multa de até 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 12.2.3. Multa moratória de até 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 12.2.4. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.2.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

12.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

12.2.7.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.2.9. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.3. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

14. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF. A validade das certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficará condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta “online”.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

14.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

São Mateus - ES, 07 de dezembro de 2022.

Renata Trevelin da Silva Stange
Coordenador do Curso Técnico em Mecânica
Ifes Campus São Mateus